

APENSO 2C

ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA

1) CRITÉRIOS GERAIS

Prestação de serviço técnico especializado de subsídio à fiscalização da execução de obra, visando à substituição do sistema de climatização central das três Torres que compõem o Edifício-Sede da Procuradoria-Geral de Justiça, do Ministério Público do Estado de Minas Gerais, na cidade de Belo Horizonte – MG.

2) DESCRIÇÕES, PRAZOS E LOCAIS

a. DESCRIÇÃO TÉCNICA DA OBRA A SER FISCALIZADA

Execução de obra conforme projetos, especificações técnicas e planilhas para modernização do sistema de climatização central das três Torres que compõem o Edifício-Sede da Procuradoria-Geral de Justiça do Ministério Público do Estado de Minas Gerais, na cidade de Belo Horizonte - MG.

b. PRAZO DE EXECUÇÃO DA OBRA A SER FISCALIZADA

O prazo previsto para execução da obra é de 30 meses.

c. PRAZO DE PRESTAÇÃO DO SERVIÇO TÉCNICO ESPECIALIZADO DE ASSISTÊNCIA E SUBSÍDIO À FISCALIZAÇÃO

O prazo de prestação do serviço objeto desta especificação técnica é de 30 meses, contados a partir do início efetivo da obra a ser fiscalizada (item 2.b).

d. LOCAIS DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE SUBSÍDIO E ASSISTÊNCIA À FISCALIZAÇÃO

O serviço de visita técnica será prestado diretamente nos canteiros de obra, situados:

Torre 1: AVENIDA ÁLVARES CABRAL, 1690.

Torre 2: AVENIDA ÁLVARES CABRAL, 1740.

Torre 3: RUA DIAS ADORNO, 367.

Os demais serviços, tais como análise de documentos, elaboração de relatórios e utilização do sistema informatizado de acompanhamento de obras, poderão ser realizados fora do canteiro de obra, em local e infraestrutura providos pela CONTRATADA.

Eventuais reuniões entre Contratada e Contratante deverão ocorrer (i) no canteiro de obra, (ii) na Divisão de Manutenção Predial – DIMAN, situada na Av. Álvares Cabral, 1740, 5º andar, bairro Santo Agostinho, em Belo Horizonte- MG ou (iii) em meio virtual utilizando o sistema Microsoft Teams.

3) DESCRIÇÃO DO SERVIÇO

O serviço técnico especializado de assistência e subsídio à fiscalização da execução da obra de modernização do sistema de climatização das edificações da PGJ do Ministério Público do Estado de Minas Gerais, na cidade de Belo Horizonte – MG, compreende atividades de apoio técnico à fiscalização exercida pelos agentes públicos do MPMG, sem substituição das atribuições da fiscalização contratual:

- a. assistir remotamente os serviços, por meio de sistema informatizado de acompanhamento de obras, disponibilizado pelo MPMG, por meio do qual a Contratada deverá:
 - i. analisar e apontar à fiscalização do MPMG eventuais anormalidades das atividades em execução, tendo como parâmetros os projetos, especificações, normas aplicáveis e boas práticas de engenharia;
 - ii. propor soluções para problemas encontrados;
 - iii. responder aos questionamentos feitos pela Fiscalização do MPMG;
 - iv. registrar dados e manifestações que se fizerem pertinentes e necessárias;
 - v. planejar as visitas técnicas à obra;
 - vi. registrar as análises e os pareceres técnicos a respeito da aceitação ou não dos materiais e equipamentos propostos pela Construtora/Instaladora quanto ao atendimento aos requisitos dos projetos, especificações, normas aplicáveis e boas práticas de engenharia.
- b. subsidiar presencialmente a fiscalização por meio da realização de visitas técnicas de profissionais especializados ao canteiro de obra com o objetivo de:
 - i. avaliar tecnicamente, para fins de apoio à fiscalização do MPMG, a conformidade dos serviços executados com os projetos, especificações, normas aplicáveis e boas práticas de engenharia, sem prejuízo da competência decisória exclusiva da fiscalização do MPMG;
 - ii. participar de reuniões técnicas para tratar de assuntos relevantes relativos à execução da obra, quando convocado pela Fiscalização do MPMG e sempre sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão.
 - iii. subsidiar tecnicamente a fiscalização do MPMG durante as etapas de testes operacionais, comissionamento e *start-up* da instalação, quando solicitado pela fiscalização, sem participação da CONTRATADA em atos formais de recebimento da obra.
- c. elaborar relatório técnico, contendo a síntese e registro de todo o trabalho realizado pela Contratada durante o período coberto pelo relatório, dentre outros:
 - i. anormalidades e problemas apurados por meio da assistência remota e das visitas técnicas e as respectivas recomendações ou providências a serem tomadas para solução das não conformidades;
 - ii. respostas para questionamentos feitos pela Fiscalização do MPMG;
 - iii. manifestações, proposições, comentários, pendências, providências etc. a respeito de qualquer assunto relativo ao projeto e à obra;

- iv. análises e manifestações técnicas destinadas exclusivamente a subsidiar a fiscalização do MPMG quanto à avaliação dos materiais e equipamentos propostos pela Construtora/Instaladora, cabendo à fiscalização do MPMG a decisão final sobre sua aceitação ou rejeição.

A frequência mínima de prestação dos serviços deverá ser:

- a) assistência remota diária por meio de sistema informatizado de acompanhamento de obras, disponibilizado pelo MPMG: todos os dias de execução da obra;
- b) visitas técnicas: uma visita ao mês conforme demanda da CONTRATANTE, paga somente se efetivamente executada;
- c) relatórios técnicos: pelo menos, um relatório técnico por mês, emitido pela Contratada e aceito pela Fiscalização do MPMG em sua versão final.

Os serviços prestados pela empresa contratada para assistência e subsídio à fiscalização terão caráter exclusivamente técnico e consultivo, destinando-se a apoiar e subsidiar a atuação da fiscalização exercida pelos agentes públicos do MPMG. Tais atividades serão desempenhadas exclusivamente como apoio técnico à fiscalização do MPMG, sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão. A contratada não exercerá atribuições próprias da fiscalização do contrato, da gestão contratual ou da execução da obra, tampouco participará de decisões administrativas, medições ou autorizações de pagamento relativas à obra executada pela construtora/instaladora.

Somente será autorizado a desenvolver este trabalho o profissional habilitado, em situação legal e regular para o exercício de sua profissão e que comprove a qualificação técnica exigida no Edital/Contrato.

3.1) NORMAS DE SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO

As leis, decretos, normas regulamentadoras, instruções normativas, notas técnicas e portarias relativas à Segurança e Saúde no Trabalho, emitidas por órgão competente, aplicáveis às obras, deverão ser cumpridas integralmente pelos profissionais da Contratada durante a execução dos trabalhos no canteiro de obras.

3.2) ANOTAÇÕES DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA

As anotações de responsabilidade técnica junto ao CREA ou CAU, para os profissionais de engenharia / arquitetura, observando suas atribuições, deverão ser providenciadas antes do início dos trabalhos, com uma via entregue assinada à Fiscalização.

3.3) SUBCONTRATAÇÕES

Fica vedado à Contratada, subcontratar o objeto contratado no todo ou em parte.

3.4) EQUIPAMENTOS E MOBILIÁRIOS

Se necessário, durante as visitas técnicas ao canteiro de obra, a Contratada poderá se utilizar, de forma compartilhada, do mesmo espaço físico utilizado pelos fiscais do MPMG.

Para as atividades realizadas fora do canteiro de obras é encargo da Contratada o

fornecimento de todos os equipamentos, mobiliários e insumos necessários, portanto, o provimento de todos os equipamentos, materiais de consumo, telefone, materiais de informática, computador, impressora, scanner, cartuchos de tinta e toner, softwares, arquivos em formato físico sobre a obra como projetos, planilhas e especificações técnicas, enfim, tudo que for necessário à prestação dos serviços objetos desta especificação, serão de responsabilidade exclusiva da Contratada.

A Contratada deverá fornecer os EPI necessários para o perfeito desempenho da função, conforme determinam as normas de segurança e saúde do trabalho aplicáveis.

3.5) Limites da atuação da empresa de apoio técnico à fiscalização

A atuação da empresa contratada para prestação de serviços de assistência e subsídio técnico à fiscalização ocorrerá exclusivamente em caráter de apoio técnico especializado, nos termos do art. 14, §2º e do art. 117 da Lei nº 14.133/2021.

A fiscalização formal da execução da obra permanecerá sob responsabilidade exclusiva dos agentes públicos designados pelo MPMG, vinculados à Diretoria de Fiscalização de Obras – DFOB e à Divisão de Manutenção Predial – DIMAN, competindo à contratada apenas subsidiar tecnicamente tais atividades.

As análises, relatórios e manifestações técnicas emitidos pela contratada terão caráter técnico consultivo, cabendo à fiscalização do MPMG a decisão final sobre quaisquer aspectos relativos à execução contratual.

4) RELATÓRIOS TÉCNICOS PERIÓDICOS DAS ATIVIDADES DE SUBSÍDIO À FISCALIZAÇÃO

Cada relatório técnico completo será encaminhado à Fiscalização, periodicamente, pelo representante legal ou preposto da Contratada, na forma de arquivo digital e uma via impressa em papel timbrado, encadernado, com as folhas numeradas e rubricadas, assinadas pelos profissionais responsáveis.

A Contratada deverá exercer controle de qualidade a respeito das informações apresentadas, tanto no texto como nos memoriais e desenhos, visando clareza, objetividade, consistência das informações e justificativas de resultados, isentos de erros de português e de digitação, de modo a refletir seu padrão de qualidade.

5) DAS MEDIÇÕES

A Contratada deverá prestar os serviços contratados de acordo com todas as regras e procedimentos estabelecidos nesta Especificação Técnica, no Edital e no Contrato, de forma eficiente e qualificada, entregando à Contratante:

- i. relatório técnico, síntese e registro das atividades realizadas no mês, até o segundo dia útil posterior ao período coberto pelo relatório.

As entregas da Contratada serão submetidas a avaliação e aceite da Fiscalização, com apoio da equipe técnica da Diretoria de Fiscalização de Obras – DFOB, e da Divisão de Manutenção Predial – DIMAN, podendo ser solicitados esclarecimentos, ajustes e correções, que deverão ser atendidos pela Contratada no prazo de 2 dias úteis.

A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

- i. a cada 30 dias, contados do início efetivo dos trabalhos, serão apurados e pagos os serviços técnicos de subsídio e assistência à fiscalização realizados no período, condensados e dispostos por meio do “relatório técnico mensal”, entregue e aceito pela Fiscalização, conforme respectivos preços unitários contratados.

A Contratante notificará a Contratada acerca das entregas realizadas em desconformidade para que sejam feitos os ajustes necessários em até dois 2 (dois) dias úteis.